BOLETIM TÉCNICO IFT #11

Governança socioambiental na Resex Verde para Sempre: uma estratégia para gestão coletiva de Unidades de Conservação na Amazônia

Ana Carolina C. Vieira[1] e Iran Paz Pires[2]

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Com a implementação das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, criadas para conciliar a conservação da natureza ao uso sustentável dos recursos naturais por populações que tradicionalmente residem no território, houve uma mudança no paradigma da natureza intocada. A partir de então, a gestão seria compartilhada e a responsabilidade institucional estaria a cargo de órgãos públicos de controle. Desde o inicio, a gestão compartilhada foi um desafio, pois conta com o envolvimento de diferentes atores e de interesses em jogo.

Existem diversos desafios para efetivação da gestão compartilhada desses territórios tradicionais. Destacam-se, entre eles, a carência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico; a dificuldade de se criar espaços de participação social que possibilitem um ambiente de negociação estratégica; e o empoderamento das populações na gestão dos recursos no território tradicional.

A gestão, aqui retratada, segue os princípios de Godard (1997), citado por Schmitz et al (2009), pois trata-se de uma ação coletiva e voluntária que visa o controle do desenvolvimento de um território intimamente ligado à exploração dos recursos naturais. Trata-se do reconhecimento político do protagonismo social na conservação da biodiversidade, e para isso é necessário um olhar que integre indicadores sociais vinculados às estratégias de uso e conservação da natureza (ROUÉ 2000; IRVING, 2014).

Quando a gestão compartilhada conta com diferentes atores e esferas de atuação, como por exemplo: instituições públicas, organizações da sociedade civil e instituições privadas; e quando os mesmos buscam administrar e fortalecer as estratégias de desenvolvimento socioambiental atrelada a implementação de políticas públicas, a gestão compartilhada é chamada de governança florestal (GALICIOLLI, 2011).

Este boletim tem como objetivo apresentar uma experiência de governança florestal em desenvolvimento na Resex Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz, no estado do Pará. Um arranjo interinstitucional que possibilitou a implementação de políticas públicas por meio do Manejo Florestal Comunitário e protagonismo social em prol da conservação e uso da biodiversidade pelas populações tradicionais locais.

A Resex Verde para Sempre

A Reserva Extrativista Verde para Sempre, criada em 2004, é a maior Unidade de Conservação de uso sustentável do Brasil, com uma área de 1.289.362,78 hectares, está localizada no município de Porto de Moz, estado do Pará (ICMBio, 2015). Porto de Moz está situado no Baixo Xingu, na mesorregião do Baixo Amazonas a 420 km de Belém. O principal acesso ao município é via fluvial, sendo Altamira o município de maior importância na região entorno.

Marcado pelos conflitos agrários, Porto de Moz é um dos municípios paraenses com os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), com 0,503. A ação de madeireiros, grileiros e especula-

[1] Engenheira Florestal. Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia (UFPA). Coordenadora do Programa Florestas Comunitárias do IFT. E-mail: carolina@ift.org.br;

[2]Engenheiro Florestal. Mestre em Ciências Florestais (UFRA. Secretário Executivo do IFT. E-mail: iran@ift.org.br.

Belém - Pará
2018

dores imobiliários resultaram em mortes e ocasionaram a saída de famílias de suas terras. Este cenário foi instalado no município com a intensificação da exploração madeireira após a chegada das serrarias na década de 90. A criação da Rsex foi um passo vitorioso do movimento social local que lutou contra o cenário de devastação e expulsão do território, e em prol do reconhecimento fundiário e direito ao uso dos recursos naturais.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), o município possui área de 17.423 Km² e uma população de 39.991 habitantes. Cerca de 80% do território municipal corresponde à Resex Verde Para Sempre, bem como 42% da população do município (10 mil habitantes) estão distribuídos em 57 comunidades e 37 localidades dentro da Resex.

As famílias beneficiárias da Resex têm como base de sua economia o agroextrativismo, e desenvolvem atividades produtivas como: a pesca artesanal, a agricultura tradicional de corte-queima para a produção de farinha e derivados, a criação de animais, o extrativismo de sementes e frutos, a produção de óleos vegetais, resinas e artesanato de produtos não madeireiros. A produção de madeira faz parte da economia familiar na Resex e é praticada desde muito antes da criação da Unidade de Conservação, fazendo parte das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos moradores. A necessidade de sair da informalidade da produção madeireira e de terem o reconhecimento de seus direitos de uso dos recursos florestais, também motivu a criação da Unidade de Conservação.

O acesso ao direito de uso dos recursos florestais e a estruturação da governança florestal

O processo de licenciamento da atividade florestal na Resex Verde para Sempre ocorreu em passos lentos e com grande esforço do movimento social. O primeiro plano de manejo florestal comunitário aprovado na Resex foi em 2005, em caráter experimental, com a autorização de uma única UPA[3] com aproximadamente 30 ha para manejo florestal na comunidade Juçara. Em 2007, um novo plano de manejo florestal comunitário foi aprovado, o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum, este com estratégia bem definida e com 4.233 ha para um ciclo de manejo comunitário de 25 anos. Ambos foram implementados com bastante dificuldades, seja pela inexistência de assistência técnica especializada, ou de fomento para subsidiar os custos operacionais e organizacionais, parceiros para assessoria e captação de recursos, como pela ausência do Estado, entre tantos outros fatores que colaboraram para que, até o ano de 2012, somente duas UPAs fossem manejadas no plano de manejo da comunidade Arimum. No entanto, a partir de 2011 intensificaram-se as ações para o fortalecimento do manejo florestal na Resex, por meio da criação do termo de parceria entre Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz[4] (CDS) e IFT, e a criação de um Grupo de Trabalho que contou, também, com o ICMBio. As instituições uniram esforços para contribuir com o fortalecimento das organizações sociais e estruturação do Manejo Florestal Comunitário na Resex, a resultante desse esforço culminou na criaçãodo Grupo de Ação e Reflexão Florestal (GAR), que cresceu e novos parceiros se juntaram, como o IEB, Serviço Florestal Brasileiro e UFPA-Altamira.

Com as conquistas e com a intensificação da discussão sobre o Manejo Florestal Comunitário no território, com o apoio do GAR outras cinco comunidades se organizaram para elaboração dos Planos de Manejo Florestal Comunitários (Ita-

[3] Unidade de Produção Anual.

[4] O CDS é uma instituição sem fins lucrativos, criada em 2002 no contexto da organização do movimento social em prol da criação da Resex Verde para Semprez. Posteriormente a criação da Resex em 2004 o CDS atua assessorando as comunidades rurais e populações tradicionais do município nos processos de regularização fundiária, acesso aos direitos de uso dos recursos naturais e no fortalecimento das cadeias produtivas e organizações sociais.

péua, Ynumbi, Espírito Santo, Por Ti Meu Deus e Paraíso). Com aporte financeiro de parceiros, as comunidades organizaram um grupo de manejadores comunitários com regras, acordos comunitários e identificação de áreas coletivas para realização da atividade florestal. Assim, deram início ao processo de licenciamento ambiental através da apresentação de planos de manejo florestal sustentáveis ao ICMBio. Depois de um ano de trabalho, cinco planos de manejo florestal comunitários foram aprovados em 2016, totalizando 40.601 hectares de florestas licenciadas para a produção florestal comunitária.

Com aprovação dos PMFS, novos desafios surgiram, entre eles: a) a necessidade de recursos financeiros para realização da exploração florestal comunitária, b) encontrar comprador para adquirir a produção comunitária em uma relação comercial justa e equilibrada e c) assessoria técnica tanto para a realização da exploração florestal como também para o fortalecimento das organizações sociais para a gestão do empreendimento florestal.

Desafios e Oportunidades da Governança Florestal no território

As restrições orçamentárias e necessidades de assessoria técnica intensificaram as buscas por fontes de financiamento e alternativas para viabilização do manejo florestal comunitário na Resex. Uma nova etapa para o fortalecimento da governança florestal, uma vez que, as limitações referentes ao licenciamento ambiental da atividade florestal tinham sido superadas; o foco do grupo passou ser a necessidade de identificar novos parceiros para contribuir na dinamização e efetivação das políticas públicas voltadas ao manejo florestal comunitário dentro de um arranjo interinstitucional.

Cada componente das parcerias institucionais foram em busca de soluções. As instituições governamentais como o ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro organizaram-se na busca de fundos governamentais que possibilitassem as operações florestais; da mesma forma as organizações da sociedade civil debruçaram-se em identificar doadores capazes de apoiar a assessoria técnica e a sistematização das informações opreacionais e organizacionais necessárias que justificassem os investimentos. enquanto isso, as comunidades se preparavam para o manejo. Complementarmente às ações de captação de recursos e organização local, foi desenhado o arranjo estratégico para a comercialização antecipada da produção florestal, para que as comunidades também tivessem participação financeira no processo exploratório e que houvesse o envolvimento de todos os atores necessários, fracionando-os em responsabilidades financeiras e técnicas de apoio a execução dos POAs.

Os esforços do GAR resultaram na ampliação do arranjo, em que somaram-se à iniciativa o Serviço Florestal Americano (USFS-USAID) e a Climate and Land Use Alliance (CLUA), que apoiaram o arranjo tanto no pensar estratégico como na aplicação de recursos financeiros para a assessoria técnica especializada em manejo florestal sustentável, assessoria organizacional para gestão dos empreendimentos florestais e fortalecimento da governança florestal no território. Os valores desembolsados pelos parceiros contribuíram para a logística e pessoal técnico do Instituto Floresta Tropical e Instituto Internacional de Educação do Brasil durante o período de apoio e assessoria às comunidades.

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) criado pela Lei nº 1.284, de 2006, possibilitou fomentos voltados, principalmente, a viabilização operacional do Manejo Florestal Comunitário, ou seja, para o custeio de insumos

e locação de máquinas pesadas para o manejo; e também para apoio às reuniões destinadas a comercialização da produção florestal. O repasse de recurso do FNDF ocorreu por meio de um Termo de Execução Descentralizado (TED) realizado entre SFB-UFPA/ALTAMIRA-COOMSPRA[5].

A participação das organizações não governamentais na aplicação do TED teve como premissa melhorar sua eficiência, uma vez que funcionaram como executores e garantidores da aplicação correta desses fundos. Dessa maneira, o IFT disponibilizou um jogo de máquinas pesadas (carregadeira, skidder, trator de esteira e um carro) sob um contrato de prestação de serviços com valores de aluguel acessíveis, bem abaixo do praticado no mercado e com condições de disponibilização do maquinário diferenciados, como a não onerosidade do tempo inoperante das máquinas durante o processo de exploração. Enquanto o IEB se debruçou no apoio gerencial do TED entre UFPA, SFB e COOMSPRA.

O CDS, com apoio do PDRS-Xingu, apoiou a aquisição de equipamentos de segurança, alimentação e com a disponibilização de um veículo de apoio e de um caminhão destinado às operações de transporte florestal. Para além disso, a contribuição do CDS se fez presente initerruptamente, ao ser o elo entre as comunidades locais e os parceiros externos à Resex.

Paralelamente as iniciativas de captação de recursos e apoio técnico às comunidades, o grupo atuou em iniciativas de contatos para a comercialização da produção. Primeiramente tentou-se a realização de um "leilão" com oferta de madeira, porém não houve manifestação de interessados. Posteriormente, o grupo de governança desenvolveu a estratégia de "carta convite" e fez uma ampla divulgação no ambiente empresarial, a fim de receber propostas de compra. Igualmente a tentativa de leitão, não houve a manifestação espontânea de compradores interessados pela produção. E, por fim, as instituições se debruçaram na "venda direta" contatando diretamente os empresários aptos a compor o arranjo. Igualmente aos dois métodos citados anteriormente, a venda direta também apresentou dificuldades de processos. No final, a produção foi endereçada a Itamal Itapemirim Madeiras LTDA, que adquiriu a produção florestal de seis plano de manejo em um contrato para compra de duas safras florestal (2017 e 2018). Com esse novo ator no arranjo, as comunidades conseguiram complementar os recursos necessários a viabilização da operação florestal.

É importante ressaltar os papeis dos diferentes atores em todo o processo, pois cada ator deve ser bem definido para o bom funcionamento do arranjo. Porém, isso não significa uma rigidez na estrutura, ao contrário, a junção de tantos atores visa fortalecer as competências institucionais, sabendo-se que a definição das estratégias de planejamento e execução são tomadas pelo coletivo. Aparentemente complexa, o papel das diferentes instituições e o entendimento sobre o arranjo interinstitucional poderá ser melhor visualizada na Tabela 1 a seguir.

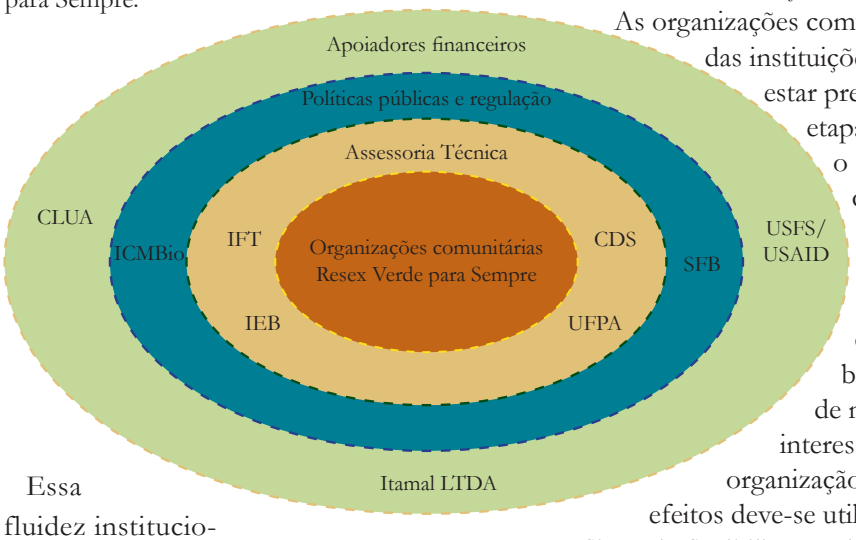
[5]Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum - cooperativa comunitária, detentora do Plano de Manejo Florestal da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio Arimum.

	Associações comunitárias	COOMSPRA	CDS	IEB	IFT	UFPA	ICMBio	SFB	CLUA	USFS/ USAID	Itamal Itapemirim Madeiras LTDA
Detentoras dos Plano de Manejo Florestal	✓	✓									
Gestão das Operações Florestais	✓	✓			✓						
Investidor	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Tomada de Decisões Estratégicas - Governança	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Aglutinadora e Gestora do TED		✓				✓		✓			
Assessoria na mobilização comunitária			✓				✓				
Assessoria para o fortalecimento Organizacional			✓	✓	✓						
Assessoria para a Comercialização			✓	✓	✓						
Assessoria na Gestão do Contrato de Comercialização			✓	✓							
Assessoria na Gestão Contratual do TED				✓				✓			
Assistência Técnica Continuada para o Manejo Florestal					✓						
Capacitação técnica em operações florestais					✓	✓					
Prestador de Serviço com a locação de maquinário			✓		✓						
Assessoria na gestão técnica do TED					✓						
Análise Econômica dos custos operacionais					✓						
Gestão da RESEX	✓	✓					✓				
Liceciamento da atividade florestal							✓				
Vistoria técnica TED	✓	✓				✓		✓			
Monitoramento e Fiscalização da atividade florestal							✓				
Pesquisa						✓					
Politicas Públicas							✓	✓			
Comprador											✓
Transporte da madeira											✓
Verificação da qualidade da produção	✓	✓									

Tabela 1: Governança Florestal na Resex Verde para Sempre.

De maneira simplificada o arranjo interinstitucional pode ser ilustrado pelo diagrama a seguir (Figura 1). É importante ressaltar que as esferas não simbolizam nível de importância, mas sim a proximidade das instituições no território. As linhas tracejadas significam que as instituições transitam nas diferentes esferas de atuação.

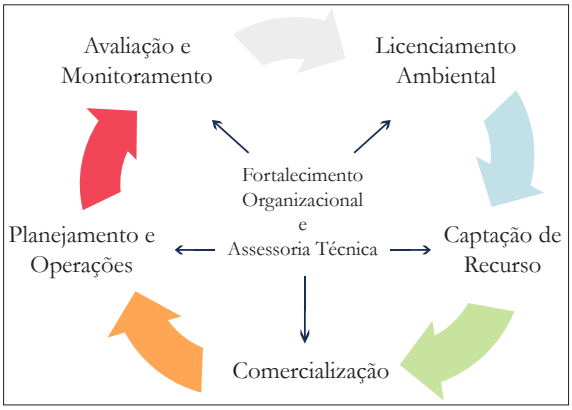
Figura 1: Governança Florestal na Resex Verde para Sempre.



Essa fluidez institucional no processo de governança é explicada pela alteração das prioridades de ação que ocorrem ao longo do período da safra. Pois a governança do Manejo Florestal Comunitário passa por etapas anuais que seguem o seguinte fluxo [Ver Figura 2]: 1. Licenciamento ambiental; 2. Captação de Recurso; 3. Comercialização; 4. Planejamento e Operações Florestais; e 5. Avaliação e monitoramento, em que a assessoria técnica e o fortalecimento organizacional estão presentes em todas as etapas do processo.

O tempo de dedicação do parceiro em cada etapa difere, e nem sempre para uma etapa iniciar necessariamente a outra deva ter finalizado. De fato o start das ações seguem essa ordem, porém, muitas vezes elas acontecem ao mesmo tempo. Por isso é importante que a rede de parceiros possua competências complementares capazes de atacar as ações de acordo com a dinâmica e as necessidades do contexto local.

Figura 2: Estrutura de Governança Florestal (Fonte IFT).



É importante ressaltar que ações de governança florestal estão estreitamente ligadas à condição do território desde a etapa de planejamento até a execução das operações florestais. As organizações comunitárias, com apoio das instituições de assessoria, devem estar presentes em todas as etapas se debruçando sobre o desenho operacional, contribuindo com a definição das prioridades, negociando as estratégias, criando acordos e dividindo responsabilidades. Esse ambiente de negociação aflora os interesses particulares de cada organização, para minimizar esses efeitos deve-se utilizar da gestão de conflitos, da flexibilização de interesses e da busca de interesses comuns; para que se encontre um caminho para o fortalecimento da organização coletiva dos beneficiários final. A etapa 5 de planejamento e operações é a de maior duração durante a safra florestal, isso porque desafios se apresentam durante as operações e a necessidade de replanejamento e definição de novas estratégias se apresentam com frequência, necessitando de novos e constantes encontros. Isso levou a mudança involuntária do nome do Grupo de Ação e Reflexão Florestal ao longo do processo para Grupo de Gestão Florestal da Resex Verde para Sempre.

A Governança Florestal dinamizando a implementação de políticas públicas para o Manejo Florestal Comunitário

A estratégia de governança florestal oportunizou a implementação da legislação ambiental, voltadas à gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável (SUNUC, 2000), aos procedimentos de licenciamento do manejo florestal previsto na IN 16/2011 do ICMBio, e aos direitos dos povos e comunidades tradicionais previstos na Convenção 169 sobre os Povos Indígenas e

Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Acima, alguns breves exemplos da força da governança florestal bem construídas, mas também, há muitas outras tantas legislações que envolvem o manejo florestal e a gestão de florestas públicas que passam a atuar nessas condições. Outro fator preponderante para o sucesso, é que a experiência de implementar a legislação neste ambiente de múltiplos atores e de parceria, contribui com a criação de um fluxo de trabalho e de ação coletiva que dá maior celeridade e dinamicidade para o processo de licenciamento ambiental e execução de recursos. Mas que só é possível se houver engajamento e grande esforço e comprometimento do órgão gestor da Unidade de Conservação, como tem sido o dinamismo dado pelo ICMBio a implementação de políticas nesses territórios.

Em sete anos de atuação, o grupo de governança florestal da Resex Verde Para Sempre criou um ambiente de segurança para o investimento no manejo florestal comunitário. Com isso, favoreceu a implementação de políticas públicas como o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (Decreto nº 6.874, de 5 de junho de 2009) que prevê a organização de ações de gestão e de fomento para o MFCF, e a disponibilização de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (Lei nº 11.284, de 2006), viabilizado pelo SFB, por meio de TED, que proveu parte do custeio das operações florestais das comunidades.

Em um curto espaço de tempo, em valores monetários, foram investidos milhares de reais sob a forma de recurso direto por alguns parceiros, mas também, sobre tantos outros investimentos institucionais realizados pelas instituições de assessoria, de gestão (ex. ICMBio via ARPA) e via contrato comercial de compra e venda da produção florestal, que resultaram na execução de 600 hectares de florestas bem manejadas e alicerce para a execução de futuras UPAs por parte das comunidades da RVPS.

Lições Aprendidas e Considerações Finais

A participação de diferentes atores dos três setores da economia (órgãos públicos, as empresas privadas e as organizações da sociedade civil) é sine qua non para a governança florestal que deve estabelecer relações que promovam:

- A criação de um ambiente de parceria interinstitucional capaz de definir acordos, negociar interesses e definir estratégias em prol do da gestão do território;
- O diálogo constante entre os parceiros, que devem fazer planejamento das ações de maneira coletiva;
- A transparência de informações e interesses em jogo entre os parceiros;
- A construção coletiva das estratégias;
- Um ambiente favorável à resolução de conflitos e flexibilização de interesses.

A não hierarquização de importância de atores, todas as instituições no ambiente da governança tem um papel fundamental e igual. Mas é muito importante que seja dada maior relevância ás necessidades das populações que residem no território e que sua reprodução sociocultural está intrinsicamente ligada a gestão e uso da natureza.

A governança florestal é uma estratégia de gestão coletiva que possibilita:

- O acesso a direitos de uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais;
- A implementação da legislação ambiental e de Políticas Públicas;
- A criação de fluxos de ação coletiva que dá celeridade aos processos de licenciamento ambiental e execução financeira;
- A formação de redes de parceiros que cria um ambiente favorável a investimentos e contribuindo com a captação de recursos;
- A potencialização das ações institucionais de acordo com suas competências;
- A gestão coletiva do território que contribui com a conservação da natureza e da cultura, com o desenvolvimento econômico das populações tradicionais e com a melhoria do bem viver;

A formação de competências em manejo florestal comunitário e em gestão de empreendimentos florestais comunitários, por meio de assessoria técnica e organizacional, corrobora com a autonomia das populações tradicionais na gestão de seus negócios florestais sustentáveis.

Com todos os desafios enfrentados e em enfrentamento em prol do manejo florestal comunitário na RESEX Verde para Sempre e com as necessidades de fortalecer o arranjo interinstitucional para o êxito dos empreendimentos

florestais comunitários e ampliação da experiência no território. A experiência da RESEX Verde para Sempre, pela sua abrangência territorial, expressividade em relação ao número de planos e área de manejo florestal licenciados, somados a ação de governança em unidades de conservação faz da experiência da RESEX Verde para Sempre um modelo de manejo florestal comunitário cem por cento gerenciado e executado pelas populações tradicionais.

Bibliografia

ESPADA, Ana Luiza Violato. Parceria enquanto dimensão da governança ambiental para o manejo florestal comunitário na Amazônia: o caso da Floresta Nacional do Tapajós. Pará: UFPA. 2015.

IRVING, Marta de Azevedo. Governança Democrática e Gestão Participativa de áreas protegidas: um caminho sem volta para a conservação da biodiversidade no caso brasileiro. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (orgs) A diversidade cabe na unidade? Áreas Protegidas no Brasil. Brasília: IEB. 2014.p.167-182.

GALICIOLLI, Renê. Governança Florestal: Um estudo sobre a percepção dos atores envolvidos na gestão florestal do estado do Paraná. Curitiba, 2011.

GELUDA, Leonardo; et al. Desafios para a sustentabilidade financeira das unidades de conservação no Brasil. In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (orgs) A diversidade cabe na unidade? Áreas Protegidas no Brasil. Brasília: IEB. 2014.p.185-218.

GODARD, O.A. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legimtimação. In: SCHMITZ, Heribert; et al. Gestão Coletiva de Bens Comuns no Extrativismo da Mangaba no Nordeste do Brasil. Campinas: Ambiente Sociedade.2009.p.273-292.

GOMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. SP: HUCITEC NUPAUB –USP. 2000. p.67-99.

ROUÉ, Marie. Novas Perspectivas em Etnoecologia: Saberes Tradiocionaos e Gestão do Recurso Natutais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. SP: HUCITEC NUPAUB –USP. 2000. p.67-99.

SCHMITZ, Heribert; et al. Gestão Coletiva de Bens Comuns no Extrativismo da Mangaba no Nordeste do Brasil. Campinas: Ambiente Sociedade. 2009.p.273-292.

AGRADECIMENTOS

O IFT agradece a parceria das instituições envolvidas na governança florestal que possibilitou as operações de manejo florestal comunitário realizadas na Resex Verde para Sempre, em especial às comunidades, associações e a cooperativa que lutaram e lutam para estabelecer cadeias de valor dos produtos florestais produzidos no interior da Unidade de Conservação. As ações relatadas neste boletim retratam um momento de aprendizado, troca e conexões que fortalecem as redes de assessoria e apoio cujo objetivo é única e exclusivamente fomentar o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Os pareceres, conclusões e recomendações apresentados neste estudo são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a visão dos financiadores deste estudo.

Parceria

Climate and Land Use Alliance

Apoiadores *In Kind*

CIKEL STIHL® CATERPILLAR®

Os boletins técnicos do IFT, editados a partir de 2011, compilam informações sobre a atuação da instituição em diferentes âmbitos do manejo florestal na Amazônia. Tratam-se de resultados preliminares de pesquisas e testes realizados pela equipe técnica, além de observações de campo e notas de expedições que possam de alguma forma servir à sociedade. É voltado a estudantes, tomadores de decisão, jornalistas, profissionais florestais, instrutores de manejo florestal acadêmicos ou práticos e demais atores com interesse em temas ligados ao manejo de recursos naturais, especialmente florestais, na Amazônia.